EDUCAÇÃO ÉTNICO RACIAL E O SEU PODER DE ENSINAR

KAROLINA FERNANDES DE LIMA SGARABOTO

RESUMO
O texto abordará a temática étnico-racial e a pluralidade cultural nos contextos de aprendizagens. Temos como objetivos para este artigo apresentar os conceitos do trabalho com esta temática na escola e como a pluralidade e a diversidade cultural é abordada nas aprendizagens e nas relações que se estabelecem nos espaços educativos. O tema Pluralidade Cultural trata da valorização das diferentes características culturais e étnicas dos diferentes grupos, além do incentivo ao convívio social, tornando a diversidade uma característica que favorece a valorização e o enriquecimento social e cultural. Os educadores devem atuar de forma a compartilhar com os estudantes as diferenças que permeiam todas as relações em nossa sociedade, sejam elas familiares, de trabalho, religiosas, dentre outras. O texto faz um breve histórico da relação étnico-racial no Brasil e aponta a existência de uma tradição educacional que sempre atendeu às aspirações elitistas no país. Essa tradição, que se sedimentou ao longo do tempo, levou à necessidade de implementação de políticas para a inclusão de estudos de determinados grupos étnicos nas escolas. No entanto, o mito da democracia racial no Brasil tem tentado negar o preconceito e a discriminação racial enfrentados pela população negra. Destaca-se que a educação infantil deve considerar a formação identitária das crianças e combater o racismo implícito que se manifesta por meio de gestos, palavras e atitudes. O texto também menciona conceitos relacionados à diversidade étnico-racial, como ações afirmativas e democracia racial. Aponta que o acesso à educação foi historicamente limitado à população negra e que as desigualdades ainda se manifestam hoje em dia. Por fim, destaca a importância da escola e dos educadores na promoção do respeito à diversidade e no combate às atitudes discriminatórias. Propõe que a educação seja capaz de desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos e que a escola desenvolva programas de equidade de oportunidades para todos os estudantes.

PALAVRAS-CHAVES: Pluralidade Cultural; Diversidade; Aprendizagem; Étnico Racial.

INTRODUÇÃO

Partimos do pressuposto que a escola deve atuar para promover uma educação voltada para a valorização das pessoas, formação de valores e comportamentos sociais livres de preconceito e intolerância. A educação escolar deve estar pautada na tolerância e no respeito as diferenças, contribuindo para a quebra de estigmas, estereótipos e preconceitos.

O trabalho do professor precisa contextualizar as questões étnico raciais, trazendo à tona conceitos e informações que possam auxiliar no reconhecimento da diversidade, valorizando o coletivo e combatendo posturas preconceituosas e incorporando a história e a cultura do povo negro, nas práticas escolares em todo o âmbito do currículo escolar. Desta maneira, os estudantes podem se conscientizar e aprender com base no respeito e valorização das diferenças, sobre o letramento racial e a como identificar o racismo e assim, combatê-lo.

Para entendermos os motivos das lutas em favor da igualdade racial que tanto lutamos na contemporaneidade, é preciso regressar e entender fatos que fizeram com que a população negra não obtivesse as mesmas condições para usufruir de um dos mais importantes direitos que um cidadão possui: a educação.

A escravização foi o sistema mais brutal que a sociedade mundial e brasileira já produziu. Ela devastou, segregou, assassinou e limitou uma raça de ter os mesmos recursos em detrimentos de outra. Esse momento de barbárie na história do país também proibiu a presença de escravizados nas diversas instituições escolares. Analisaremos também, como o período pós abolição, não propiciou ao povo negro condições dignas de acessar e permanecer nas escolas brasileiras.

Impossível não mencionar como a sociedade brasileira reforça a ideia de atrelar à raça negra determinado status social e como as

questões de fenotipagem se instauram nas escolas e reforçam ainda mais práticas racistas. Esses comportamentos e discursos tornam a situação ainda mais maléfica.
O intuito desse trabalho é fazer uma breve reflexão sobre a educação no Brasil no que diz respeito ao cumprimento do que estabelece a Lei 10.639/03, para tanto nos propomos a fazer um breve levantamento histórico das relações étnicoraciais com base em alguns discursos encontrados na historiografia brasileira que revelam uma mentalidade pouco preocupada com o protagonismo negro.

DESENVOLVIMENTO

Neste artigo, fundamentamos nossas discussões em uma análise teórica aprofundada sobre as principais temáticas que envolvem a formação histórica do Brasil e sua sociedade. Faremos uma reflexão sobre a construção histórica do país, levando em consideração os diversos fatores que influenciaram a formação do povo brasileiro, como a herança indígena, africana e europeia. A partir dessa base, exploraremos o conceito de multiculturalismo, entendendo como ele se manifesta no Brasil, um país marcado pela convivência de diferentes culturas, etnias e tradições.
Além disso, abordaremos de forma crítica a constituição do povo brasileiro, com ênfase nas questões étnico-raciais e no impacto dessas questões no contexto educacional. Investigaremos como a diversidade étnica e racial se reflete na formação dos estudantes brasileiros, considerando as implicações das políticas públicas, os desafios enfrentados pelos alunos de diferentes origens e como as instituições de ensino lidam com a inclusão e a promoção de uma educação antirracista e multicultural.
Esse estudo busca compreender a maneira como as relações étnico-raciais se estabelecem no ambiente escolar, identificando práticas pedagógicas que favorecem a valorização da diversidade e o combate à discriminação racial, e como esses fatores impactam a construção de uma identidade nacional plural e inclusiva no Brasil.

BREVE HISTÓRICO DA RELAÇÃO ÉTNICO RACIAL

As pretensões universalistas dos sistemas de ensino no Brasil de uma forma ou de outra, sempre foram pensadas no sentido de atender a determinados grupos sociais que sempre se perpetuaram no poder e, desse modo, instituiu, nesse ínterim uma tradição educacional, um molde para se encaixar as aspirações elitistas que sempre se estiveram em situação de controle.
Temos a convicção de que a tradição que se sedimentou no seio da sociedade brasileira durante um longo espaço de tempo, fez surgir a necessidade da implementação de políticas que apontem para a solução de dilemas voltados para a inserção de alguns grupos nos espaços escolares.
Um modelo de educação que sempre atendeu às ambições elitistas no sentido de tentar dominar e por rédeas nos destinos do país. Nesse ponto cabe a seguinte reflexão, se a homogeneização universalista da escola criada no bojo dessas pretensões, tem fundações sólidas para atender a sociedade que se deseja.
As características que a escola necessita devem estar ligadas ao respeito à diversidade cultural e respeito às diferenças e proporcionar meios para que grupos étnicos ou culturais obtenham plena realização.
Como bem sabemos, a compreensão e abordagem dos conceitos ligados à diversidade, bem como o modo como as relações étnico-raciais são pensadas ou se configuram na sociedade brasileira estão relacionadas, em primeiro momento, as bases profundas da historicidade, isso pois não há de modo algum como compreender como essas relações são exercidas no hodierno sem conhecer como elas se estruturaram ao longo do processo histórico.
A imposição cultural europeia desde o século XVI, compreende um estigma latente na história do Brasil, está controlada sob a regência condicionada da segregação inerente à divisão de classes, formada sob a instituição dos padrões de cor e raça que compunham a sociedade brasileira.

RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS NA ESCOLA

No Brasil há o mito da democracia racial sendo uma ideologia em tentar negar o preconceito e a discriminação racial que ocorre com os negros no Brasil. Discriminação Ra-

cial: ação ou atitude contra uma pessoa ou grupo de pessoas em razão de sua raça ou cor. Multiculturalismo: coexistência de várias culturas no mesmo espaço, país, cidade, etc. Preconceito: opinião que se emite baseada em estereótipos, julgamento prévio de forma negativa e preconceito racial, julgamento negativo de um grupo de etnia diferente. Racismo: preconceito extremo contra pessoas pertencentes a uma raça ou etnia diferente (SÃO PAULO, 2019):

Quando consideramos a Educação Infantil, com que olhar pensamos e refletimos as histórias dos bebês e das crianças em geral, e as histórias de crianças negras, indígenas ou imigrantes em particular? É preciso atentar para a formação identitária na Educação Infantil, uma vez que se trata de crianças de zero a seis anos de idade. É no contexto das diversas formas de socialização que as diferenças negativas ou positivas se estabelecem despertam os sentimentos de rejeição ou empatia em relação aos pares. É preciso ter atenção sobretudo ao racismo implícito, contido no tom da voz, no toque, no olhar, na brincadeira, nas brigas e nos xingamentos (SÃO PAULO, 2019, p. 44).

Segundo documento oficial (SÃO PAULO, 2019), para que a educação para a diversidade étnico racial seja compreendida temos que apresentar os conceitos fundamentais relacionados ao tema, dentre estes conceitos pode-se destacar: Ações Afirmativas: são as medidas que buscam o fim das desigualdades que são produzidas e reproduzidas ao longo dos tempos e tem como objetivo garantir a igualdade de oportunidade e tratamento as minorias. Democracia Racial: diferentes grupos étnicos vivendo em situação de igualdade social, racial e de direitos.

RACISMO E EXCLUSÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NA EDUCAÇÃO

Ao estudar a história do negro na sociedade brasileira, percebemos que no período pós-abolição, os negros não tiveram relações de igualdade social no Brasil. Eles não tiveram acesso às mesmas condições de sobrevivência como os brancos da sociedade brasileira (VALENTE, 1987).

As políticas de incentivo à imigração com o intuito de "branquear a população", aliadas aos discursos que ajudavam a ocultar a desigualdade existente entre negros e brancos, contribuíram para perpetuar estruturas racistas na sociedade, identificáveis em diversos âmbitos (SILVA, P., 2008). Além dos problemas elencados acima, o negro sofreu diversas dificuldades para ter acesso à educação. Garcia (2007, p. 34), por exemplo, nos revela que:

A educação no sistema escravocrata com suas escolas de "primeiras letras", diferenciadas por gênero e disciplinas, não permitia a presença de escravizados já que, por lei (art. 6° da Constituição de 1824) era reservada aos cidadãos brasileiros.

Com isso, coibia o ingresso dos escravizados que eram, em larga escala, africanos de nascimento. Apenas negros libertos provenientes de famílias de algum recurso ou "protegidos" por ex-senhores poderiam frequentá-las (GARCIA, 2007, P. 34).

Assim como Garcia (2007), Souza (BARROS, 2005, p. 84 apud SOUZA, 2009, p. 28) também enfatiza o modo como a escola rejeitava o alunado negro:

[...] conforme registrado em relatórios da Instrução Pública de São Paulo, havia receios de aceitar matrículas de crianças negras na escola, dado o medo das famílias brancas que poderiam recusar-se a manter seus filhos nas instituições, receosas da proximidade entre os desiguais. Na sociedade e na escola, a presença do corpo negro e os seus valores civilizatórios, suas culturas e crenças não aceitos ainda impelia um posicionamento tão temeroso quanto o fora antes da abolição da escravatura, contexto em que havia a proibição aos negros para aprender a ler e escrever, pelo fato de haver o perigo de "derramar a instrucção pela classe escrava".

"O domínio das letras poderia facilitar rebeliões, insurgências e desobediências" Neste mesmo trabalho, Souza (2009) revela como as desigualdades sociais se manifestam e mostram a diferença existente entre o percurso escolar da criança ou jovem negro em relação ao branco. Já Rojo (2009) expõe, com a história de "Zé Moreno", as relações exis-

tentes na escola e como elas contribuem para rejeitar o alunado negro. Os dados de Paixão et al., (2011, p. 212) nos trazem também como há uma dicotomia entre o acesso de crianças da população negra e o acesso de crianças da população branca na primeira fase da educação infantil: "de acordo com os indicadores da PNAD 2008, o percentual de crianças brasileiras entre 0 e 3 anos que frequentavam a creche foi de 18,1% na população residente como um todo. Entre as crianças brancas, este percentual foi de 20,7% e, entre as crianças pretas e pardas, de 15,5%". Nos dados referentes ao acesso entre crianças de 4 a 5 anos, e que segundo PAIXÃO et al., 2011, p. 21, indicam que na comparação entre os anos de 1998 e 2008, verifica-se que ocorreu uma forte elevação, em 27 pontos percentuais, do peso relativo das crianças brancas que frequentam estabelecimentos de ensino. Entre as crianças pretas e pardas, o aumento foi de 24,7 pontos percentuais. Ou seja, mais uma vez ocorreu um aumento das assimetrias de cor ou raça no indicador.
Segundo os estudos de Munanga (2008), o estímulo para a boa convivência entre os alunos pode ser considerada uma grande iniciativa por parte dos educadores, pois é a partir da relação com colegas que a relação com a sociedade como um todo começa a ser construída. Dentro dessa perspectiva o acolhimento no ambiente escolar é fundamental quando pensamos nas diferentes nacionalidades e características dos alunos que frequentam a escola.
No âmbito educacional é possível trabalhar efetivamente no combate as atitudes discriminatórias e preconceituosas que permeiam os ambientes escolares e são manifestados por gestos, palavras e atitudes, neste sentido, é de fundamental importância que os educadores estejam preparados com tais situações e possam intervir de maneira eficaz e buscar ações para a prevenção de tais situações (MUNANGA, 2008).
O tema Pluralidade Cultural aborda a valorização das características culturais e étnicas dos diversos grupos sociais que compõem a sociedade. É dever das instituições escolares formar os seus estudantes para que sejam capazes de reconhecer e respeitar as diferenças que fazem parte do contexto histórico e cultural de nossa sociedade. Este tema deve orientar as práticas sociais e não apenas como uma conjunto de normas a serem seguidas:

Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas e que existem nas cabeças das pessoas, no entanto, cremos que a educação é capaz de dar tanto ao jovem quanto aos adultos a possibilidade de questionar e de desconstruir os mitos de superioridade e de inferioridade entre grupos humanos que foram socializados. Essa transformação fará de nós os verdadeiros educadores, capazes de contribuir no processo de construção de individualidades históricas e culturais das populações que formam a matriz plural do povo e da sociedade brasileira (MUNANGA 2008, p. 17).

No contexto sócio cultural no qual estamos inseridos, é de fundamental importância a discussão sobre cultura e diversidade, isso permite que o respeito as diferenças seja crescente e que as práticas discriminatórias e intolerantes não sejam disseminadas e propagadas dentro e fora da escola. A escola por meio de sua prática pedagógica deve atender a todos sem distinção estabelecendo práticas de igualdade e respeito:

A escola deve desenvolver programas para que a comunidade escolar conheça as diferenças e desse modo promova a equidade de oportunidades para todos, iniciando por uma oferta de qualidade escolar que fortaleça os educadores a procederem de forma positiva diante de situações problema. Essa falta de preparo que, devemos considerar com reflexo do nosso mito de democracia racial compromete, sem dúvida os objetivos fundamentais de nossa missão, no processo de formação dos futuros cidadãos responsáveis de amanhã (MUNANGA 2008, p. 11).

Cabe à escola e aos seus educadores construir propostas adequadas, que respeitem a diversidade humana e os aspectos culturais de todos os povos. Cada sujeito neste contexto deve se posicionar com autonomia contra práticas discriminatórias e as propostas pedagógicas devem atuar no sentido de garantir tais discussões e viabilizar a cons-

cientização de respeito nas relações que se estabelecem dentro e fora da escola.

A geração que se desenvolve atualmente traz consigo impulsos remanescentes de experiências literárias que naturalizam as desigualdades, desse modo, estimulando o legado do racismo/racialismo que se instalou na sociedade desde a colonização:

O racismo e as práticas discriminatórias disseminadas no cotidiano brasileiro não representam simplesmente uma herança do passado. O racismo vem sendo recriado e realimentado ao longo de toda a nossa história. Seria impraticável desvincular as desigualdades observadas atualmente dos quase quatro séculos de escravismo que a geração atual herdou (BRASIL, 2001). Assim, a educação precisa se debruçar em combater o racismo em todas as suas formas.

LETRAMENTO RACIAL

Para discorrer acerca do combate ao racismo, faz-se necessário dialogar sobre o que é letramento racial, que na perspectiva educacional, é um conceito fundamental para a construção de uma educação inclusiva e antirracista, que reconheça, valorize e respeite as diferentes culturas, identidades e experiências de vida das pessoas negras e de outras etnias marginalizadas. O letramento racial envolve a conscientização crítica sobre o racismo, suas origens históricas, suas manifestações sociais e suas consequências, buscando promover uma mudança de mentalidade e atitudes, tanto no ambiente escolar quanto na sociedade de forma geral.

Na educação, o letramento racial vai além da simples transmissão de informações sobre a história e a cultura negra. Ele propõe uma abordagem crítica e reflexiva sobre as questões raciais, de modo a desconstruir preconceitos, estigmas e estereótipos que perpetuam a discriminação e a exclusão. Esse processo de letramento não se limita à inclusão de conteúdos sobre os povos negros, mas também à transformação das práticas pedagógicas e da dinâmica escolar, com o objetivo de promover a equidade racial e a justiça social.

Neste sentido, cabe-se pensar em alguns principais aspectos que abarcam esta temática na educação brasileira. Assim é necessário conhecer a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na implementação do letramento racial na escola passa pelo reconhecimento e ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, conforme estabelecido pela Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares. Esse ensino deve incluir não apenas as contribuições de negros e negras para a formação do Brasil, mas também as trajetórias de resistência e luta contra a escravidão e o racismo estrutural.

Outro ponto essencial é refletir criticamente sobre o racismo e as estruturas sociais que o sustentam, entendendo como ele se manifesta não apenas no cotidiano, mas também nas instituições, como a escola. Isso implica na identificação de práticas discriminatórias, microagressões e preconceitos que muitas vezes estão enraizados nas relações sociais e educacionais, muitas vezes de forma velada.

Um aspecto importante é a desconstrução dos estereótipos negativos e reducionistas associados às pessoas negras. Isso envolve a promoção de uma representação mais plural, rica e positiva da população negra, valorizando suas diversidades e complexidades, ao invés de limitar sua identidade a um conjunto de estigmas ou papéis predefinidos. Pensando nisto, enquanto educação é imprescindível pensar na formação de educadores para que possam lidar com questões raciais de forma sensível e assertiva é um componente essencial do letramento racial. Isso implica em desenvolver estratégias pedagógicas que favoreçam a valorização da diversidade cultural e a inclusão de alunos negros, indígenas e de outras etnias, sem cair na armadilha de uma "igualdade formal", que ignora as desigualdades históricas e estruturais.

Envolve também o fortalecimento da autoestima e da identidade de alunos negros, promovendo espaços onde suas vivências e culturas possam ser reconhecidas e celebradas. Esse empoderamento contribui para a construção de uma geração de jovens mais conscientes de sua história e capazes de enfrentar o racismo com confiança e assertividade.

Na perspectiva educacional é um processo contínuo e transformador, que visa criar um

ambiente de aprendizado mais justo e igualitário, no qual as questões étnico-raciais sejam tratadas de forma ampla e crítica. Ele não só contribui para a formação de uma sociedade mais equânime, mas também para a construção de uma identidade nacional que celebre a pluralidade cultural e racial do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que para que a luta pela igualdade no campo educacional tenha sentido e efetividade é necessário que caminhemos no sentido de resgatar as memórias dos agentes fundamentais da formação histórica do Brasil. O trabalho com a diversidade e a pluralidade cultural deve ser encarado como um fator social, entender as questões que perpassam tais temáticas irá contribuir para a sua compreensão. O diálogo é fundamental neste processo e as questões devem ser discutidas e analisadas no espaço educativo para que os educandos possam tomar consciência da importância do respeito as diferenças e do apreço à tolerância.

Os educadores devem trabalhar com diferentes culturas, diferentes religiões, diferentes raças e etnias, dentre outras especificidades e diferenças que são contempladas no ambiente educacional. No âmbito educacional é possível trabalhar efetivamente no combate as atitudes discriminatórias e preconceituosas que permeiam os ambientes escolares e são manifestados por gestos, atitudes e palavras. Estabelecer diferentes formas de relação entre os alunos com o respeito e a tolerância abordados irá contribuir na prevenção de tais atitudes, a conscientização é o primeiro passo para a efetivação de tais práticas.

Os educadores que atuarem de maneira a compartilhar com os estudantes as diferenças que permeiam todas as relações em nossa sociedade, sejam elas familiares, de trabalho, religiosas, dentre outras. As famílias possuem diferentes características e partilham diferentes saberes e conhecimentos, é necessário que estes aprendam com as diferenças e aprendam a respeitar as individualidades e singularidades de cada indivíduo em seu contexto familiar e social.

Ou seja, os atores mencionados anteriormente influenciam diretamente o desempenho acadêmico da população negra, particularmente no que tange à taxa de analfabetismo, ao número reduzido de indivíduos com formação completa e à quantidade negros que conseguem acessar instituições de ensino superior. Todas essas informações revelam uma desigualdade que possui explicações que transcendem os aspectos socioeconômicos.

As políticas de ações afirmativas surgem para corrigir um erro histórico baseado na exclusão, porém ainda se faz necessário, muitas lutas e legislações. É notório que defendo as políticas de ações afirmativas e elas são necessárias para equalizar a educação no nosso país. O letramento racial é uma ferramenta essencial para a implementação de uma educação antirracista, que vai além de tolerar as diferenças, mas que ativamente combate ao racismo em todas as suas formas. Isso inclui a promoção de um ambiente escolar onde o racismo seja reconhecido, discutido e combatido, tanto pelos educadores quanto pelos educandos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, L.M.A. (Org.). Relações Étnico-Raciais em Contexto Escolar: fundamentos, representações e ações. São Carlos: EdUFSCar, 2011, p. 71.

BERGAMASCHI, M.A. Povos indígenas e Ensino de História: a Lei Nº 11.645/2008: como caminho para a interculturalidade. In, BARROSO, Vera Lucia Maciel. et. al. (Orgs.). Ensino de História: desafios contemporâneos. Porto Alegre, Estação Exclamação/ANPUH-RS, 2010, p. 151-166.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012.

MUNANGA, K. Negritude: uso e sentidos. São Paulo: Ática, 2008.

MUNANGA, K. O negro na sociedade brasileira: resistência, participação e contribuição. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2003.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo

Horizonte: Letramento, 2017.

RODRIGUES, Dayse Berenguer. PRECONCEITO RACIAL: uma violência que influencia a democracia na escola. v. 4, n. 1. Lato & Sensu. Belém, 2003.

ROSEMBERG, Fúlvia. Literatura infantil e ideologia. São Paulo: Global, 1984.

SANTOS, M. As cidadanias mutiladas. In: LERNER, J. et. al. O preconceito. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1997. p. 133-144.
SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Currículo da cidade: educação antirracista: orientações pedagógicas: povos afrobrasileiros. São Paulo: SME / COPED, 2022.

SILVA, Mozart Linhares da. Educação, etnicidade e preconceito no Brasil. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.